

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O D E D E B A T E S

Experiência de gestão municipal:

as **SUBPREFEITURAS**

na MetrÓpole





Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

“Quem conhece as prioridades e os problemas de um bairro é quem mora lá”

Como é possível a um prefeito conhecer de perto e dar atenção aos problemas de tantos bairros em uma metrópole gigantesca como São Paulo? Essa foi uma das questões tratadas na palestra do vereador paulistano e ex-secretário de Coordenação das Subprefeituras, Andrea Matarazzo, no Encontro Democrático realizado em maio de 2016 no auditório do Espaço Democrático.

Foi a 21ª edição desta série de palestras e debates cujo propósito final é produzir conhecimento por meio da divulgação de boas práticas de gestão. Neste caso, ao propor a análise do tema **“Experiência de gestão municipal: as subprefeituras na Metrópole”**, o Espaço Democrático tinha como objetivo analisar o papel de administrações regionais na gestão das metrópoles brasileiras.

Conduzido pelo jornalista Sérgio Rondino, o evento teve a participação de centenas de pré-candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador do Partido Social Democrático em diversas cidades paulistas, assim como lideranças políticas regionais e prefeitos do PSD como Pedro Bigardi, de Jundiaí, e Roberto Hamamoto, de Caieiras.

Todos puderam fazer perguntas ou falar de suas próprias experiências na gestão de municípios. Bigardi, por exemplo, lembrou que em sua cidade, com cerca de 400 mil habitantes, o foco de sua gestão é o trabalho de zeladoria e revitalização dos espaços públicos, permitindo sua apropriação pela comunidade. “Muitas vezes, manutenção é mais importante até que investimento”, afirmou.

Com esta publicação do conteúdo integral do evento, o Espaço Democrático espera dar mais uma contribuição para a atuação daqueles que estão ou pretendem entrar na vida pública.

Boa leitura.



SÉRGIO RONDINO: Este é mais um Encontro Democrático promovido pela Fundação Espaço Democrático. É o 21º de uma série de palestras e debates iniciada no ano passado, focada preferencialmente em questões que afetam a vida nos municípios brasileiros. Com eles, a Fundação procura produzir e fornecer conteúdo àqueles que pretendem entrar para a vida pública ou que já estão nela.

O objetivo do encontro de hoje é tratar da gestão dos municípios, questão relevante diante da difícil situação dos municípios brasileiros. Quero agradecer a presença do prefeito de Jundiaí, Pedro Bigardi, e do prefeito Roberto Hamamoto, de Caieiras. Ao meu lado está Ronaldo Camargo, que foi secretário de Coordenação das Subprefeituras de São Paulo na gestão do ex-prefeito Gilberto Kassab, e os nossos companheiros da Fundação, o diretor-superintendente, João Francisco Aprá, o economista Roberto

Macedo, o cientista social Rubens Figueiredo e o economista Luiz Alberto Machado. Eu quero chamar para a mesa o nosso palestrante de hoje, figura de alta experiência na gestão pública em vários setores da União, do Estado e do município: o vereador Andrea Matarazzo.

Em sua longa experiência na vida pública, Andrea já foi secretário de Cultura do Estado de São Paulo, secretário de Coordenação das Subprefeituras de São Paulo, secretário municipal de Serviços de São Paulo, subprefeito da Sé, ministro das Comunicações no governo de Fernando Henrique Cardoso... enfim, tem vasta experiência e hoje é vereador eleito com mais de 110 mil votos na cidade de São Paulo. Tem, portanto, uma visão múltipla do serviço público. Ele vai falar da sua experiência nessas áreas, especialmente na Prefeitura de São Paulo, com enfoque na questão das subprefeituras na metrópole. Andrea, a palavra é sua.



ANDREA MATARAZZO: Quero agradecer a oportunidade de falar sobre um tema tão interessante que é o das subprefeituras. A cidade de São Paulo, anos atrás, foi dividida em 96 distritos. E havia uma razão específica para isso, porque a geógrafa que fez esse trabalho identificou pelo menos 96 regiões da cidade que eram muito diferentes geográfica, social e economicamente. Isso já mostra um pouco o conceito teórico que dividia a cidade. E quando se anda por São Paulo, percebe-se isso nitidamente. Acho que todo mundo aqui, se tem alguma ligação com a Prefeitura ou com o poder público municipal, circulou por São Paulo. Não a São Paulo que a gente vê na televisão a toda hora, a São Paulo moderna, que parece Nova York - o quadrilátero da Paulista até a Faria Lima e da Nove de Julho até a Rebouças. Eu costumo brincar que a elite paulistana não conhece a cidade. Conhece a cidade até a avenida Paulista. Acha que passou a Paulista, cai num buraco que não tem mais nada. E não é bem isso.

“.....a cidade que fica fora do centro expandido, que é a São Paulo mais real, a São Paulo que o poder público deixou com a infraestrutura ainda no século 19.”

Eu dividiria a cidade em duas. Temos a cidade do centro expandido, onde bem ou mal a infraestrutura chegou ao século 20: tem asfalto - um asfalto meia-boca, mas tem; iluminação precária, mas tem; internet ruim, mas tem; Celular que às vezes funciona. Mas é a cidade que tem todas as coisas que se espera no século 20. Não está no 21, mas está no 20. E temos a cidade que fica fora do centro expandido, que é a São Paulo mais real, a São Paulo que o poder público deixou com a infraestrutura ainda no século 19. Quando você vai para a zona Leste, extremo da zona Leste, qual é a prioridade? As pessoas vão dizer “pavimentação de rua”. No século 21, neste 2016, muitas áreas de São Paulo ainda têm como prioridade pavimentação de rua. E quando a gente fala da necessidade de pavimentação de rua em São Paulo, normalmente está falando de áreas inclinadas, a exemplo do que temos em Perus: com chuva, a pessoa não consegue sair nem chegar em casa. Mesmo em épocas normais não passa carro de

polícia, portanto tem problemas de segurança graves. Não chega o caminhão das Casas Bahia, não chega ambulância. Parte da periferia de São Paulo não tem saneamento, iluminação. Tudo isso é muito precário. Para conhecer essa precariedade, a única forma é ir aos lugares. Mas não é fácil ir a tantos lugares numa cidade do tamanho de São Paulo, com as características de São Paulo, com o trânsito de São Paulo, e fica difícil conhecer de perto e atender às necessidades. E aí vem a questão da divisão da cidade em subprefeituras. Que são nada mais que distritos agrupados de determinadas regiões.

Quando nós assumimos a Prefeitura, na gestão Serra-Kassab, as subprefeituras tinham acabado de ser montadas. Eram muito similares às próprias administrações regionais, mas chamadas de subprefeituras e com competências em diversas áreas. Eram 31 subprefeituras que cobriam boa parte da cidade. Todas elas com estrutura e papel pré-determinado. E eu vou dizer que naquela época tudo isso estava no papel, mas na prática não era bem assim, porque existia o nome, existiam as denominações dos cargos - nem todos os cargos - e as atribuições. E atribuições que você não tinha condições de atender. Então, naquela época, uma subprefeitura exercia funções de todas as secretarias. Isso acabava criando duplicidade de informações, de ordens e de comandos, que mais atrapalhava do que ajudava. Era necessário fazer um ajuste. E foi feito um ajuste que eu, pessoalmente, por ter sido secretário, cheguei à conclusão de que funcionava.

Acho que em uma cidade, quem é prefeito ou quem foi prefeito sabe que o diálogo com o cidadão é fundamental. As prioridades de uma cidade têm que ser dadas pela sociedade. Não há dinheiro para fazer tudo. Quem conhece bem as prioridades e os problemas é quem mora e trabalha no lugar. Portanto, essas são as pessoas mais interessadas e que vão dizer exata-

mente o que é mais importante naquela região. Os vereadores conhecem bem as regiões. Hoje, depois de três anos na Câmara, vejo também que são uma boa fonte de informação. Então, remontamos as subprefeituras sem mexer nas áreas físicas, apenas nas atribuições. Ou seja, todo o trabalho de zeladoria deveria ser das subprefeituras, até certo limite. Elas é que executariam as obras e serviços menores. Porque para pedir a troca de uma lâmpada queimada, se o cidadão tiver de avisar o llume no Centro da cidade, vai demorar até ele descobrir onde é e dar atenção... Mas quando você tem uma lâmpada queimada e a responsabilidade é da subprefeitura, a população vai lá aporinhar o subprefeito e ele resolve rapidinho para tirar a reclamação de cima dele. E isso é uma coisa interessante. Atividades como tapa-buraco, pavimentação de rua e recapeamento deveriam ser feitas pela subprefeitura. Depois, havia também a parte de limpeza de bueiros, de córregos e piscinões. Se me lembro bem, só as galerias redondas com até um metro de diâmetro eram de responsabilidade da subprefeitura. Mais do que isso já era trabalho para a Secretaria de Obras. E já começava um conflito. São coisas que foram sendo ajustadas.

Na assistência social, embora existisse a Secretaria de Desenvolvimento Social, também havia um setor na Subprefeitura para cuidar disso. Cultura, a mesma coisa. Havia a Secretaria, mas a subprefeitura cuidava da implementação na região, cuidava da Casa de Cultura, por exemplo. Então, mudamos isso e, no meu modo de ver, funcionou bem. Mas hoje, olhando retrospectivamente, acho que as subprefeituras podem ter mais poder do que tinham naquela época.

Também definimos algumas características. Qual era o perfil do subprefeito que queríamos? Eu sei que muita gente vai criticar, mas na época decidimos que queríamos ex-prefeitos que já tivessem tido dois mandatos. Tinha uma razão muito clara para isso. Um



ex-prefeito conhece a máquina pública. Sabe fazer a máquina andar. E administração pública é bem diferente da administração privada. Não adianta ser um ótimo executivo privado e achar que vai sentar na Prefeitura e fazer alguma coisa andar. Não vai. Na minha empresa, se acho que algo ou alguém não funciona, eu demito o cara e ponho no lugar quem eu quero. No setor público você vai ter que fazer andar com aqueles que estão lá, e eles sabem fazer andar, basta gerenciar direito, inclusive as pessoas. Nós víamos que o subprefeito tinha que ter esse perfil. Por quê dois mandatos? Porque se ele foi eleito uma vez é porque ele é bom politicamente. Se ele foi reeleito, é porque era bom administrativamente. Esses caras com perfil político tinham também facilidade de conversar com a comunidade. Qual era a desvantagem, em muitos casos? Não conhecer o lugar. Isso, efetivamente, era uma desvantagem, mas a gente viu que dos 31

da época, poucos tiveram esse problema de não se adaptar bem no lugar.

Mas aí tínhamos 31 subprefeituras e eu via, quando fui secretário, que a subprefeitura fazia contratações interessantes. Na área de verde, todas tinham dez equipes. Então, vocês imaginem, Parelheiros, que parece a Amazônia, tinha o mesmo número de equipes de verde que a sub Sé, que - fora as seis palmeiras lá da Catedral da Sé - quase não tem verde... Isso, claro, é um exagero meu, porque tem o Pacaembu, que dá bastante trabalho. Então, tínhamos equipes de verde contratadas o ano todo e a gente sabe que grama, capim, planta crescem nos períodos de chuva e hibernam de maio até setembro.

Eu fazia muitas reuniões com subprefeitos e queria ver a eficiência de equipes, a eficiência dos subprefeitos, comparar as coisas. E percebi que havia subprefeituras que não tinham nenhum tipo de organização

“ **...Você vai demolir um negócio que está lá porque é feio, em vez de investir R\$ 3 bilhões em habitação de interesse social, em área de risco, na saúde, na limpeza de córrego, nas 500 prioridades que tem?** ”

e métodos, nem procedimentos. Cada uma contratava as equipes de verde com os seus critérios. Eram diferentes os tipos de equipamento, o tamanho da equipe. Quando se comparava com a outra equipe, ficava impossível. Começamos a padronizar procedimentos. Todas elas tinham que fazer os contratos da mesma forma. Criamos o manual que se chamava procedimentos operacionais, POP, que tinha essa finalidade. Todos os contratos iguais, as equipes similares... Porém, o número de equipes e o tipo de equipamento, cada uma definia de acordo com as características do seu lugar. Isso fez com que algumas coisas mudassem completamente. Por exemplo, as equipes de limpeza de bueiros, de limpeza de córregos, sempre cada uma adequada ao lugar e de acordo com o que o subprefeito definisse.

Agora, achar que uma subprefeitura vai andar por obra do Espírito Santo, a gente sabe que não é assim. Temos que cobrar, controlar, dar autonomia para o subprefeito e o subprefeito tem que poder escolher a sua equipe, senão você não consegue cobrar dele. Foram coisas que fomos ajustando e conseguimos chegar a resultados muito satisfatórios.

Pode-se ampliar as atribuições da subprefeitura

sem tirar as essenciais. Um exemplo: as subprefeituras não cuidam da saúde nem da educação, mas o subprefeito é cobrado pelas mães, pelos pais e pelas famílias dos alunos pelo estado de conservação dos prédios. E isso eu acho que deveria ser responsabilidade do subprefeito, senão a execução, mas a responsabilidade para cobrar a Secretaria para que coloque em ordem.

Porque o subprefeito tem de ser os olhos e ouvidos do prefeito na região. Isso é fundamental. Ele tem que ter afinidade com o prefeito. Em minha opinião, é mais importante uma subprefeitura ligada ao prefeito do que uma secretaria, em muitos casos. A atual gestão tem a característica, que não é positiva, de achar que o que se faz num lugar é bom para a cidade inteira. Aí o prefeito faz uma pesquisa para saber se é bom ou ruim fechar a avenida Paulista aos domingos. O que importa para o cara do Jaçanã se abre ou se fecha a Paulista aos domingos? Deve ser a nonagésima prioridade, depois que terminaram outras duzentas. O prefeito faz a pesquisa e, claro, todo mundo acha ótimo. Mas o sujeito não está lá, não atrapalha o dia a dia dele. Pode até ser que os moradores da região também achem bom, mas você tem que separar.

Outra coisa que a gente vê numa cidade com as restrições de orçamento que São Paulo tem: a Prefeitura, vira e mexe, gera fato para sair em jornal. Vai demolir ou não o Minhocão? São R\$ 3 bilhões para fazer uma alternativa. Você vai demolir um negócio que está lá porque é feio, em vez de investir R\$ 3 bilhões em habitação de interesse social, em área de risco, na saúde, na limpeza de córrego, nas 500 prioridades que tem? Aí faz o programa de ciclovias. Ciclovia na cidade inteira. Pergunta para o Nilton Nachle, que foi subprefeito de Perus, se dá para andar de bicicleta lá, que não tem nenhuma inclinação com menos de 45 graus. O que é prioridade lá? Não é ciclovia. É pavimentar rua. Não se faz ciclovia num lugar daquele porque não vão usar. A mesma coisa no Jardim Fontales, lá no Jaçanã. Não precisa. No entanto, o Jardim Helena, em São Miguel Paulista, com lugares absolutamente planos, tem apenas uma ciclovia, em cima da calçada. É um negócio meio surrealista. Em cima da calçada que tem comércio! Os coitados dos comerciantes começaram a ter problemas porque não podem descarregar mercadorias. Isso começou a matar o comércio. É no que dá tratar a cidade inteira como se ela fosse igual.

Faixa de ônibus é um negócio importantíssimo e ótimo. De novo, usou na cidade inteira de forma indiscriminada. Não pode subir nem descer, não pode parar carro, não pode estacionar, não pode nem carga e des-

carga. É o que se vê quando você vai a São Mateus, na avenida Mateo Bei, por exemplo. É o único lugar que tem o comércio de rua na região, porque na periferia de São Paulo não tem shopping center, tem comércio de rua. E lá o comércio está fechando e os comerciantes falaram: “Porque não faz a faixa só em horário de pico? Melhora o comércio, não cria problema e não atrapalha os ônibus”. Essas são vantagens das subprefeituras. Na nossa gestão, todo subprefeito trazia questões de trânsito, porque toda subprefeitura tem seu centrinho de comércio. E todas elas tinham sugestões de melhoria de trânsito. Era trocar uma mão de direção, lombadas na frente de um colégio onde está morrendo aluno atropelado... Coisas mínimas. A CET não deixava o subprefeito fazer. A meu ver, cada subprefeitura tinha que ter um núcleo da CET para atender essas coisas. Havia mais de 1.500 projetos engavetados. Porque a CET, enquanto não sentar lá na rua Bela Cintra, olhar tudo, com todos os engenheiros, não vai decidir. E aí vai olhar pelo Google Maps para ver se vale a pena e não vai fazer. A gente só vê a gravidade do que acontece, por exemplo, no Jardim Peri, na Zona Norte, se for andar lá e chegar naquele Córrego do Cachimbo e ver que em São Paulo, no ano 2016, tem um monte de palafitas em cima do rio com cheiro insuportável, uma imundície absoluta. E aí você vai ver a gravidade daquilo e o quanto é importante mexer. Se você ou-



vir falar ou olhar pelo mapa não vai conseguir se conscientizar da importância que tem.

É por isso que eu acho que São Paulo vai precisar de uma gestão que se preocupe com milhares de pequenas obras de interesse local. Você muda a vida das pessoas com pequenos investimentos pontuais, o que o Jaime Lerner chamava de acupuntura urbana. No caso das subprefeituras, quando você aumenta o orçamento e dá poder ao subprefeito, ele passa a ser o responsável pelo lugar. O ideal é que o subprefeito seja alguém do local. Porque sendo do lugar, vai ser fiscalizado pela população. Estará preocupado em não desagradar as pessoas. E vai se preocupar em atender a comunidade, porque senão vão ficar cobrando na porta da casa dele. Se você perguntar para os candidatos a prefeito do interior, eles sabem o que é isso. O cara vai na casa deles. As subprefeituras daqui, para se ter uma ideia da importância delas, têm em média 300 mil habitantes cada uma. Pouquíssimas cidades do Brasil têm a população deste tamanho.

Quando as subprefeituras estão bem estruturadas, vão surgindo ideias. Por exemplo, na época me falaram: "Por que não fazer em Parelheiros, com os agricultores de lá, o viveiro de mudas da Prefeitura?" Antes uma parte era no viveiro Manequinho Lopes, no Parque do Ibirapuera. O prefeito conseguiu fechar e a Prefeitura vai buscar mudas de árvores até em Ribeirão Preto, para plantar as 200 mil árvores que devem ser plantadas na cidade por ano. Para que vocês tenham uma ideia, São Paulo tem 640 mil árvores na calçada. É pouco, se pensar que são muito concentradas no centro expandido. E precisam ser plantadas 200 mil árvores todo ano. Por que não fazer em Parelheiros, que está pronto? Agricultura orgânica, atividades relativas a esportes radicais, esportes de aventura, turismo. A região é toda feita para isso.

Eu sempre digo que criei os distritos criativos por lei. Nós temos que criar os distritos vocacionais, para estimular atividades para as quais as regiões tenham vocação. Itaquera tem as chácaras de flores de corte, muitas. Em plena Jacu-Pêssego, por exemplo, tem uma granja que produz 40 mil codornas por mês.

São Miguel Paulista tem uma atividade cultural fantástica. Podemos estimular isso. Tendo um subprefeito bem entrosado com a região, ele vai resolver as prioridades da população, direcionar os recursos para prioridades, vai organizar a região melhor e trazer melhor resultado para a Prefeitura.

A gestão tem que transformar a cidade e dar a ela melhor qualidade de vida, reduzir a desigualdade. A população tem que ter a quem cobrar e a subprefeitura tem que ter autonomia, gente competente, que ajuda e contribui para a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão. Nós temos que recuperar tudo de novo, porque a atual gestão acabou com as subprefeituras. Recuperar as subprefeituras, a autonomia, a competência, e definir uma meta: a melhoria do serviço para o cidadão. Hoje há uma inversão. O servidor público tem que voltar a ter a consciência de que está a serviço do público, e não ao contrário.

O ex-governador Franco Montoro dizia que a pessoa não mora na União, mora no município. Eu digo que não é nem no município, é na rua dela. A gestão tem que ser micro. O prefeito tem esse papel. Não é cargo glamuroso, para ficar pensando estratégia. É o dia a dia duríssimo. Brigar com o caçambeiro, com o motorista de ônibus, com a empresa de ônibus, com o tapa-buraco. Esse é todo um trabalho de dia a dia que, se você não dividir, descentralizar com responsabilidade, não consegue fazer.

SÉRGIO RONDINO: Obrigado Andrea. Eu agora passo a palavra ao prefeito de Jundiaí, Pedro Bigardi.



PEDRO BIGARDI: Eu quero dar uma contribuição ao que foi falado pelo Andrea. Falar sobre a estrutura administrativa de gestão da cidade. Jundiaí é uma cidade de 400 mil habitantes. Tem 432 quilômetros quadrados, é o sétimo PIB do Estado de São Paulo e o terceiro IDH do Estado. Uma cidade que tem um terço de seu território como zona urbana, um terço da região na Serra do Japi e um terço na zona rural, que também é região de manancial. E a gente tem uma estrutura administrativa na qual não existem subprefeituras, pelas condições do próprio território da cidade. Mas nós temos unidades de serviço que fazem esse papel da zeladoria. São cinco, ligadas às secretarias de serviço público, que fazem o papel de conservação, manutenção da cidade, conservação de praças - são pelo menos 47 praças revitalizadas, cinco parques. E aí eu queria concordar com o que você colocou aqui, que é essencial, que é a autonomia. Quanto mais autonomia têm essas unidades, seja a subprefeitura, seja a unidade de serviço, mais realização a gente consegue ter, mais dinâmica é a

“ A população local sabe muito mais sobre aquilo que deve ser feito. Mais importante do que o investimento é a manutenção da cidade, a conservação dela. ”

cidade do ponto de vista de realização. A possibilidade de erro é muito menor. A população local sabe muito mais sobre aquilo que deve ser feito. Mais importante do que o investimento é a manutenção da cidade, a conservação dela. E essencial, nos dias de hoje, é o espaço público revitalizado e apropriado para as pessoas. Eu tenho visto experiências extraordinárias em que o espaço público é apropriado pela população com a música, a alimentação, o esporte.

ANDREA MATARAZZO: É essencial a proximidade com a população. Hoje, com a tecnologia, você aproxima mais. No nosso período, a Secretaria de Serviços cuidava dos contratos, mas deixou a operação comigo no período em que eu era secretário das Subprefeituras. Limpeza e iluminação, por exemplo... Eu fazia que, em cada subprefeitura, a empresa de manutenção de energia tivesse um gerente para responder para cada subprefeito. Porque não pode ser uma coisa centralizada. Nem a lim-

peza, nem a iluminação. E hoje, com a tecnologia, você tem que transformar o cidadão em prefeito. Um tapa-buraco pode ser feito com *palm*. 70% das pessoas têm o telefone inteligente e 100% mandam SMS. Pode tirar a fotografia e mandar diretamente para quem faz tapa-buraco. E aí é possível mandar foto de volta para o cidadão, mostrando o buraco arrumado. E a tarifa será paga em função do tempo que levou a ida e a volta da fotografia. Isso é possível fazer hoje com muita facilidade. Não é razoável, para marcar um médico, ter que ir na UBS, pegar uma senha, ficar lá três horas esperando. Aí você quer falar com o pediatra, e marcam o pediatra para dezembro. Estamos em maio. Aí vai chegar dezembro e você tem que sair de casa de novo, levar a criança, fica esperando. Como se as pessoas não tivessem nada para fazer. Em 2016, no mínimo por telefone deveria ser possível marcar uma consulta na UBS. Você tem que aproximar a cidade do cidadão. Essa eu acho que é a frase mais correta para se usar nesse sentido e a subprefeitura, ou unidade de serviço, serve para isso.



ROBERTO HAMAMOTO (PREFEITO DE CAIEIRAS): Gostei quando o Andrea citou a subprefeitura de Perus, porque aquela região é vizinha de Caieiras. Basta atravessar um córrego e estamos em outro mu-

“ O sonho é ter uma cidade com o tamanho que ela tem hoje, com o número de habitantes que ela tem hoje, mas com a arrecadação de Jundiaí. ”

nício. Os problemas que eu tenho em Caieiras são iguais aos de Perus. Nossa topografia também é muito acidentada, mas a gente tem uma cidade bem equipada, com 100 mil habitantes, uma evolução do IDH muito boa. O sonho é ter uma cidade com o tamanho que ela tem hoje, com o número de habitantes que ela tem hoje, mas com a arrecadação de Jundiaí. Já me ajudaria bastante. R\$ 2 bilhões acho que já resolveriam os problemas de Caieiras.

ANDREA MATARAZZO: O prefeito lembrou uma coisa interessante: o que falta em São Paulo é uma espécie de órgão metropolitano para cuidar de alguns assuntos que são comuns. Se você não olhar de forma metropolitana o saneamento, o transporte urbano, por exemplo... São coisas inerentes. Todas as divisas de São Paulo têm um problema grande que nem o nosso vizinho cuida e nem nós cuidamos. Fica sempre a dúvida sobre onde termina cada um e a população é quem sofre com isso. O entendimento com os prefeitos das cidades vizinhas é fundamental porque tem uma área cinzenta que acaba ficando sempre perdida e abandonada por São Paulo e pelo vizinho.



RONALDO CAMARGO (EX-SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS EM SÃO PAULO): Eu tenho observado a colocação do atual prefeito, de que a cidade deve eleger subprefeitos. O que você acha?

ANDREA MATARAZZO: Quando a *Globo* veio me perguntar sobre isso eu pensei: “É uma ideia inteligente do prefeito, porque ele fala em fazer eleições de subprefeito e a *Globo* vem aqui me perguntar sobre isso em vez de perguntar sobre os corredores de ônibus, as UBS, os médicos, os professores, a pavimentação de rua, a inspeção veicular. É um negócio sem sentido nenhum, porque o prefeito também gosta de terceirizar responsabilidade. Ele não gosta de assumir nada. Como é que vai arrumar alguém que se disponha a disputar uma subprefeitura sem saber qual é o orçamento dela, por exemplo? Você faz uma eleição de subprefeito, elege, ele apronta uma com o dinheiro público e você, que é prefeito, paga o pato. Isso não existe. É atribuição do Congresso Nacional, é reforma da Constituição. É manobra diversionista que ele faz. Isso chegou na Câmara, um projeto de duas páginas. Aí começa assim: local, a ser regulamentado; qualificações, a ser regulamentado. Nada. Mandou para gerar

notícia e mais nada. Não dá nem para comentar. Eu acho que a ideia de criar subprefeitos eleitos, quando a gente for uma sociedade anglo-saxã e uma cidade do padrão de Londres, pode ser. Há cidades que são assim. Mas já estão num estágio de desenvolvimento gigantesco. Você vê que Londres conseguiu, Paris mais ou menos, mas vai olhar a Itália, que é mais similar ao nosso País, ou Portugal.



RUBENS MALTA CAMPOS: O que o futuro prefeito de São Paulo deve fazer para revitalizar o Centro?

ANDREA MATARAZZO: Conversar com cada uma das ações locais que existem na cidade. Eu não gosto de criticar o prefeito, mas tem uma única rua no centro que nós tiramos o calçadão e abrimos para trânsito, a rua Sete de Abril. Por quê? Todos os moradores, todos os comerciantes pediram porque aquilo tinha matado o comércio. Fizemos uma canaleta para passagem de carros... Ele acabou de fechar. Temos que reformar a política de albergues, voltar a ter na cidade assistentes sociais para cuidar da população de rua, que é de 16 mil pessoas em toda a cidade, gente abandonada à própria sorte. Não tem ninguém cuidando. O centro de São Paulo é diferente de outras regiões da cidade e tem o sistema de limpeza todo dia, menos no fim de semana. Mas o centro precisa todo dia e no fim

de semana é necessário reforçar a limpeza porque vai muita gente no centro. E fazer o básico: manter Operação Delegada e parar com a venda de carga roubada. Porque o centro não é perigoso, mas ele dá sensação de insegurança muito grande. Retomar a limpeza com urgência, mas com um processo consistente de reforma de todo o piso do calçadão. E abrir aqueles calçadões, parte deles, que não faz sentido estarem fechados. Fazer ruas de trânsito misto, pedestres e carros, como tem no mundo todo. Enfim, uma série de medidas que são básicas, mas aqui virou meio que uma moeda de troca. São Paulo, para vocês terem uma ideia, já teve 80 subprefeitos em três anos e meio de gestão para 32 subprefeituras. O centro está um lixo, absolutamente abandonado. Transformaram a região da Luz, deixaram virar aquilo que está lá. Peguem fotografia de jornal da nossa época. Nunca teve mais do que 200, 250 pessoas dispersas pela região. Hoje virou uma grande concentração de tráfico e de usuários de droga.



SALIM REIS (VICE-PREFEITO DE CARAPICUÍBA): Eu sou vice-prefeito e pretendo ser louco para administrar uma cidade de mais de 400 mil habitantes em 35 km², a quarta maior densidade populacional do Brasil, com renda per capita de R\$ 1 mil. Carapicuíba é uma cidade com grandes problemas. Lá há um conjunto habitacional em área que pertence ao município

de São Paulo. É da Cohab de Carapicuíba. Quer dizer, o IPTU fica em Carapicuíba, mas tem muitas coisas lá que a Prefeitura de São Paulo tem que cuidar. Eu gostaria de saber como deveria ser a interlocução com os prefeitos da Grande São Paulo?

ANDREA MATARAZZO: Há assuntos que devem ter interlocução com todos os prefeitos. Como é que pode ter uma Cohab num terreno de São Paulo dentro de Carapicuíba? Ou é o contrário? O terreno é de São Paulo dentro da cidade? Isso tem que ser acertado. O poder público prefere se omitir sobre algumas coisas. Ninguém quer resolver. Um exemplo são as áreas de manancial da zona Sul ou da zona Leste de São Paulo. Guaianases, Jardim Helena, tudo isso. Na zona Norte, a mesma coisa. Em Brasilândia, é tudo irregular. Por quê? Porque são loteamentos clandestinos. Mas são clandestinos que foram vendidos na década de 1930. Há pessoas morando lá todo esse tempo e ninguém vai tirar essas pessoas. Porque não regularizar logo? A mesma coisa na região de Grajaú. Três milhões de pessoas que moram na zona Sul. Vai tirar de lá? É lógico que não. Mas não regulariza. Enquanto não regulariza, tem todo tipo de problema. Não vai um supermercado, uma loja, um nada. Não vão os empregos. Então, ficam as pessoas morando lá e tendo que fazer o trajeto todo para São Paulo. Eu acho que para alguns assuntos temos que criar uma via rápida e resolver.

Quer ver outro problema que é dramático em São Paulo? Cidade Tiradentes. Na década de 1970, resolveram fazer 150 mil habitações lá, falta de planejamento total. Moram 300 mil pessoas a 45 quilômetros daqui. Trajeto de duas, três horas de ônibus daqui. Aí olhamos o zoneamento de lá e o que se pode fazer na região? Extração mineral ou agropecuária. Porque era a Fazenda Santa Etelvina. Sabe quantas licenças de funcionamento tem em



Cidade Tiradentes, com 300 mil habitantes? Cinco. Tudo é ilegal, inclusive os conjuntos habitacionais. Como é ilegal, o proprietário já vendeu, outro revendeu, sem passar escritura. Ele não pode fazer manutenção do conjunto porque a COHAB ou a CDHU ainda não entregou. Essas coisas, ou tiramos da frente com uma via rápida ou continuamos atravancando a vida das pessoas e a burocracia, que está deixando de resolver problemas importantes porque fica lá com terreno dentro de Carapicuíba, com a Cohab pagando IPTU para Carapicuíba etc. Qual é a vantagem de ter terreno lá? Vai tirar a Cohab de lá? Não vai. São coisas que devem ser resolvidas o quanto antes.

LEANDRO: Eu moro aqui na região da Bela Vista e quero saber sobre o programa de zeladoria de praças, que foi um dos grandes programas da gestão Serra-

Kassab e acabou sendo sumariamente cancelado na primeira semana da atual gestão, provocando o que a gente está vendo nas praças hoje em dia. Esse programa de zeladoria de praças consistia em pegar um morador de rua e dar um salário para ele fazer a manutenção.

ANDREA MATARAZZO: Esse programa assegurava as praças em ordem, com custo muito baixo, e ao mesmo tempo era uma porta de saída para o morador de rua, dependente químico ou não. Você dava a assistência social e quando ele estava bem arrumava um emprego para ele como compensação. Tinha um outro programa de zeladoria, para os estagiários. Andavam por toda a Bela Vista e mapeavam buracos nas calçadas, luz apagada... Davam o mapa para o subprefeito para que tivesse todos os detalhes.

“ ...na avenida Atlântica, a antiga Robert Kennedy, tiramos os motéis, as casas de show... E hoje, da rua, você enxerga a represa de novo. E fizemos parques nos lugares. ”

PAULO ROGÉRIO (GUARDA CIVIL): Os espaços públicos tiveram um trabalho brilhante contra o comércio irregular, de reorganização e integração com o Estado, onde entrou a Polícia Militar. Todo mundo em benefício da cidade. É um dos assuntos que gostaria que o senhor comentasse. Outro é das Áreas de Proteção Ambiental e Áreas de Proteção Permanente. Não podemos criminalizar quem ocupa, mas temos que fazer algo porque São Paulo está sendo realmente muito penalizada com essas ocupações irregulares.

ANDREA MATARAZZO: Com relação aos espaços públicos, nós tínhamos eficiência graças às subprefeituras e à integração de equipes. Eu usava até a PM, por exemplo, porque eles têm um relatório que fazem diariamente. Em todo veículo da PM, o policial que passava pela rua aproveitava e anotava buracos, lâmpadas queimadas, sujeira... e nos mandava. A integração da PM com a GCM na Operação Delegada... isso tudo é vital para que você tenha bom uso do espaço público. Aqui em São Paulo, agora, o prefeito liberou geral. É moderno, ele sempre fala “ocupar a cidade, se apropriar da cidade”. Só que estão se apropriando da cidade da forma errada, cri-

ando problemas para todo mundo. A apropriação da cidade que fizeram na Vila Madalena, na Copa do Mundo e no Carnaval, destruiu o bairro. Não é assim. Tem que fazer isso junto com as comunidades. Outro ponto é a questão das áreas de manancial. Eu demoli. E vou dizer, não é nem politicamente correto falar, mas na beira da represa, na época do Serra e do Kassab, nós demolimos 2.400 propriedades. E tinha que fazer porque estava errado. Tanto que na avenida Atlântica, a antiga Robert Kennedy, tiramos os motéis, as casas de show... E hoje, da rua, você enxerga a represa de novo. E fizemos parques nos lugares. Tem que fazer. Por isso que eu digo, se você quer ser um bom prefeito, não ponha uma eleição para outro cargo na frente, a curto prazo. Porque você vai ter que fazer coisas duras o tempo todo. Numa cidade como São Paulo, se você quiser ser bonzinho, não vai fazer nada. Vai entrar para a história como o Pitta ou como Haddad.

ESTANISLAU STECK (VEREADOR E PRÉ-CANDIDATO A PREFEITO EM LOUVEIRA): Eu gostaria de saber sobre a gestão das subprefeituras e o prefeito. Qual era o acompanhamento? Como se faz a gestão dos subprefeitos. E a questão da legislação? Esses



subprefeitos têm responsabilidade fiscal também? Ou eles fazem a coisa errada e é o prefeito que paga?

ANDREA MATARAZZO: Cada prefeito tem um estilo. Eu tive a oportunidade de trabalhar com o Serra e com o Kassab. O Serra ligava direto para os subprefeitos. O dia inteiro, a noite inteira. Era um pesadelo. Três da manhã... “tem lixo e não sei o quê”. Obsessão por pichação. Picharam não sei o quê. O Kassab, eu era o secretário na época, falava muito comigo. Claro que falava com os subprefeitos, mas o Kassab é muito disciplinado nessa coisa. Então, falava comigo e cobrava. Tinha autonomia, mas com responsabilidade. Tinha responsabilidade fiscal total. Gastou o dinheiro que tinha pedido fora do programa, vai passar fome lá. Agora, punição. A punição e a impopularidade ficava para o prefeito, porque você

corta a grana do cara porque não tem mais... O cara fica bravo com o subprefeito até a eleição, mas depois é em cima do prefeito. Cada subprefeitura tinha o seu orçamento discutido e detalhado diretamente com o secretário de Finanças. E para ser prefeito é fundamental uma passagem pela Câmara Municipal. Porque você entende a motivação do vereador e o valor que os vereadores têm na cidade. Você não pode exigir comportamento dos vereadores como o seu. Cada um tem suas peculiaridades. Mas você não pode dizer que os 55 vereadores desconhecem as regiões de atuação deles e que não batalham por essas regiões. Para mim, essa foi uma das experiências mais importantes.

FRANCISCO ROHRER: Eu sou diretor da Faculdade Metropolitana de Caieiras. Fui chefe de gabinete



das subprefeituras de Aricanduva e de Itaquera. Nessas localidades, o número de habitações informais é uma coisa absurda. A minha pergunta é bastante objetiva: qual é a sua política para as áreas de risco, as habitações?

ANDREA MATARAZZO: Fazer o que nós fazíamos. Nos acordos com o Ministério Público, estabelecíamos metas de retirada. Todo ano tinha um orçamento aplicado naquilo. Independente de ser muito grave, tem que fazer. Eu acho que essa questão de área de risco é das coisas mais importantes de São Paulo. Hoje estamos correndo um risco enorme porque pararam o programa de remoção de área de risco porque é impopular mesmo. Você não consegue, muitas vezes, acomodar as pessoas. Lida com a morte e não adianta pôr a culpa na pessoa porque ela ocupou. O papel do poder público

é arbitrar essas coisas, não deixar ocorrer o problema. Mas uma das prioridades para a cidade é a questão da regularização fundiária por via rápida. Essa é a forma para levar emprego para perto da moradia das pessoas. Senão, não vai conseguir e vai continuar a população morando num extremo e com emprego em outro. Acho que metade da população de São Paulo dorme menos do que cinco horas por noite na cama. O que não é razoável.

EDÍLSON CEARÁ: Sou de Guarulhos e queria perguntar principalmente sobre o entrosamento do prefeito de São Paulo e do futuro prefeito de Guarulhos. No nosso entendimento, Guarulhos e São Paulo têm vários problemas comuns na divisa. Nós vemos, em Guarulhos, o exemplo negativo do atual governo do PT, que tenta incinerar as associações

“ ...a ‘Viva Pacaembu’, associação de bairro que era obsessiva, me enlouquecia todo dia aqui com os problemas. Mas é maravilhoso você ter na cidade essas organizações, que fazem o papel que o poder público deveria fazer. ”

de amigos de bairros na cidade. Inviabiliza muitas vezes o contato do prefeito com a população. Como deveria ser o entendimento entre lideranças e governo na gestão pública?

ANDREA MATARAZZO: Eu costumo dizer que tive duas grandes lições: as ações locais na região central e a ‘Viva Pacaembu’, associação de bairro que era obsessiva, me enlouquecia todo dia aqui com os problemas. Mas é maravilhoso você ter na cidade essas organizações, que fazem o papel que o poder público deveria fazer. Como você não tem perna para fazer tudo, elas te ajudam muito. Com a vantagem de que fazem de forma localizada e focada. Eu acho que essas entidades são as grandes proponentes de soluções para os locais. Quem mora e trabalha num lugar sabe quais são as prioridades do lugar. Então, é melhor você atendê-los, vai agradar aquela população e aplicar o dinheiro naquilo que as pessoas pretendem.

MAXWELL JOSÉ COSTA: Sou presidente do Movimento dos Sem Teto do Ipiranga, conselheiro municipal de habitação de São Paulo e conselheiro partici-

pativo. Tive a honra de ser o mais votado da cidade na última eleição do conselho participativo. O pessoal costuma falar que o Andrea não gosta muito de movimentos sociais. Eu acho o contrário. Com certeza, com ele a gente vai ter um movimento atuante, participando, com propostas que realmente atendam as necessidades dos movimentos que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária.

Quando entrei na sala o Andrea estava falando da questão das subprefeituras. E sabiamente colocou que tem que ter participação popular e planejamento. Hoje a gente vê nas subprefeituras um bolsão de empregos para conchavos partidários, conchavos de vereadores que foram eleitos ou ajudados pela atual gestão. Estão lá e indicam as pessoas que não conhecem o bairro para administrar as subprefeituras. O conselho participativo, ideia que partiu do vereador Police Neto, hoje é consultivo. Ele não tem poder deliberativo. Mas a gente pode construir um conselho que tenha poder deliberativo. Pensamos que cada subprefeitura deve ter um plano de bairro. Porque se fala em cidade, mas eu moro no Ipiranga, Heliópolis. Eu quero saber o que vai melhorar no meu bairro. Eu quero saber o que vai construir de posto de saúde no meu bairro, quantas

moradias serão construídas. Onde vai passar a linha de ônibus. Vai construir ciclovia ou não? Tem que ser discutido no bairro, tem que ser discutido com um sub-prefeito com capacidade técnica, que saiba o que está fazendo e que possivelmente seja do bairro. E se não for, que seja capaz de fazer uma boa administração na subprefeitura. Então, é uma proposta que temos que encaminhar para essa cidade.

Você também colocou a questão da pavimentação das ruas. A gente acha fundamental ter pavimentação. O prefeito pensou em ciclovias, mas se ele tivesse pensado em pavimentação, tivesse pensado em acabar com a ciclovia e investir em pavimentação, fazer uma licitação... As empreiteiras teriam que disputar o melhor preço para a cidade, mas com qualidade, com tecnologia. Se fosse assim, com certeza essa cidade seria outra.

ANDREA MATARAZZO: Quería comentar os planos de bairro. Porque realmente o plano de bairro que o Police fez, acho que ele fez o de Perus, se não me engano, é um negócio sensacional. Você discute com a comunidade efetivamente. Quem mora, trabalha no lugar, sabe. Discute as prioridades. A linha de ônibus, por exemplo. Os pontos de ônibus daquele lugar são definidos, obviamente, pelo interesse da empresa, e nem sempre casa com o interesse da população. Tanto que uma das maiores reclamações é que o ponto de ônibus fica longe de onde estão as pessoas. Por que não deixar a comunidade montar quais são as suas necessidades? Postos de saúde, onde é melhor ter? Plano de bairro é uma coisa democrática sem democracia. Porque é objetivo, racional. E você vai fazendo na medida em que tem dinheiro. Mas tem o projeto de como compor o bairro de acordo com a população que mora nele. Tanto de acordo com a idade, como de acordo com a renda e todos os outros fatores. Isso é

uma coisa que já tem com o próprio Police. Aliás, o Police é um dos melhores vereadores que nós temos na cidade.

TIA EVA: Sou líder da comunidade do Glicério, onde tenho um projeto dentro daquele antigo batalhão do Exército. E todo mundo me chama de Tia Eva. Na gestão do Kassab, juntamente com o Waltinho Feldman, foi criado o projeto Clube-Escola, do qual eu participei. Na gestão atual esse projeto foi cortado. Eu queria saber se vamos ter de novo um projeto igual a esse, que foi um dos melhores que a cidade de São Paulo já teve. Tirou muita criança da rua. Foi uma benção.

ANDREA MATARAZZO: Tia Eva, você tem um trabalho lindo na região do Glicério, que é uma das mais pobres de São Paulo e infelizmente é até esquecida, porque ninguém fala. Todo mundo fala da Cracolândia e esquece o Glicério, que está se transformando em algo parecido. Clube-Escola nos CDCs, nas próprias escolas, quando não tem aula, e nos espaços de entidades e igrejas, é tudo o que nós temos que fazer. Criança, todos nós sabemos, se está desocupada, sem ter mãe ou pai olhando, porque eles trabalham, onde é que ficam hoje, depois que chegam da escola? Na rua. Quem está na rua? Traficante, aliciando, levando, pagando, drogando ou transformando em mini-traficantes. Eu acho que as únicas coisas que competem com a droga e ganham são a cultura e o esporte. O exemplo é a sua meninada lá no Glicério. Esse é um programa tão essencial quanto a própria utilização das entidades. Por exemplo, creche. Não tem porque a Prefeitura ficar construindo creche. Convenia entidades. Os CDCs que estão aí hoje estão privatizados, de certa forma. Só usam as quadras para alugar. A meninada não consegue mais usar. Eu não entendi porque a Prefeitura

“ Eu fiz, como secretário estadual, as Fábricas de Cultura. Eu posso dizer que em 25 anos de vida pública, foi o projeto mais importante que fiz. A Fábrica de Cultura não é um centro cultural para criança ir lá contemplar, ver, se divertir. É para aprender. É uma escola. ”

parou. Porque realmente fazia toda a diferença para as crianças da cidade.

TARSILA DO AMARAL: Sou pré-candidata a vereadora em São Paulo. Eu gostaria de saber um pouco mais das suas ações nas áreas de educação e cultura, que são fundamentais para a população.

ANDREA MATARAZZO: Se nós não adicionarmos na educação a componente da cultura, não vamos segurar aluno dentro da classe. Porque a sala de aula de uma escola pública, hoje, é igualzinha à do tempo dos nossos avós. A única coisa que mudou é o quadro, que não é mais negro porque é politicamente incorreto. Então é verde-escuro. Que interesse uma sala de aula oferece a alguém que tem que ficar lá sentado, comparativamente ao que você vê fora da sala de aula? Então, a cultura é essencial aí. Eu acho que a Prefeitura esquece um pouco a cultura de periferia e concentra o recurso na cultura aqui do centro. A periferia, tudo o que precisa, é um pequeno empurrão para você gerar renda para as pessoas. Hoje, a cultura é uma atividade econômica importante. Pode ser um fator gerador de renda importante, principalmente quando você vê a criação cultural que existe na cidade e na periferia da

cidade. O samba na zona Norte, na zona Sul, o festival de cinema da zona Leste. Poucas pessoas sabem. Tem uma produtora de cinema lá que tem feito cinema sozinha. Ela, o filho e um sobrinho, com máquinas dessas que a gente tem. E vende. Eu fiz, como secretário estadual, as Fábricas de Cultura. Eu posso dizer que em 25 anos de vida pública, foi o projeto mais importante que fiz. A Fábrica de Cultura não é um centro cultural para criança ir lá contemplar, ver, se divertir. É para aprender. É uma escola. Passam 15 mil crianças por mês em cada uma das Fábricas de Cultura - são 10 na cidade. A transformação desses jovens é muito impressionante, você encaminha para a vida. E não tenho a menor dúvida disso. Eu acho que a cultura é mais importante, neste momento, que gastar R\$ 35 milhões com ópera no teatro municipal. Com R\$ 35 milhões não se consegue fazer óperas de grande qualidade. E quem gosta de ópera pode viajar para ver. Não quero dizer que você não tem que fazer cultura aqui, acho apenas que tem que distribuir e lembrar que São Paulo existe além da Avenida Paulista.

É uma área enorme. Você pega São Miguel Paulista, a Roberta Miranda é de lá. O Antônio Marcos é de lá. Tem mais uns dois outros artistas importantíssimos

que saíram de lá. Então, há talentos muito grandes na cultura de São Paulo e hoje, como eu disse, a economia criativa, todo mundo fala, é um gerador de renda. Economia criativa não é só o cara ser cantor. É ele ser produtor cultural, iluminador de teatro. E você tem na cidade, poucas pessoas sabem, entre os CEUS e as Fábricas de Cultura, que são 10, você tem 56 teatros de altíssima qualidade nos pontos mais vulneráveis da cidade. Agora, o que está acontecendo nesses teatros? Nada. Estão fechados. Essa é a cultura que tem que funcionar. Porque é dentro do CEU, da escola. Se você tem uma fábrica, um bar, qualquer coisa que seja, você faz ele girar 24 horas por dia porque tem que aproveitar o investimento feito. Os CEUS têm pouquíssimo aproveitamento na parte cultural. À noite, os teatros deveriam funcionar para a população de lá. Com as peças recebidas pelo município como contrapartida ao incentivo fiscal que dá na renda. Enfim, uma série de coisas.

JOÃO MARTINS: Sou presidente do Conselho de Associações da zona Norte e pré-candidato a vereador. O colega falou do Conselho Participativo Municipal. Hoje nós temos no Conorte várias pessoas que são conselheiras participativas municipais. Nós temos conselheiros na área de saúde, de segurança, habitação, enfim. Achei esplêndido o que você falou com relação às prioridades. Hoje eu tenho a sala de raio-x do posto de saúde de Lauzane Paulista caindo. Nós já temos parecer técnico de engenheiros, de várias pessoas, e ninguém consegue resolver o problema. Já estamos com esse problema há oito meses. Eu gostaria de saber o que se pode fazer com relação ao Conselho Participativo Municipal, porque não adianta um conselho se a gente não consegue resolver os problemas.

ANDREA MATARAZZO: Eu sempre digo que há órgãos que são grandes conselheiros para o próprio prefeito. Ele deveria se reunir de vez em quando com eles, uma, duas vezes por mês. Porque o subprefeito e o secretário de saúde sempre levam as notícias boas. Eles nunca dizem que o posto de saúde de Lauzane Paulista está caindo porque normalmente ele nem vai até Lauzane Paulista. Então, sentar com esses conselheiros é a melhor forma de saber.

Outro dia fui ao Jaçanã, no Jardim Fontales. Fui ver o posto de saúde. É a maior vergonha que eu já vi. É todo de madeira, tem um banheiro para 40 funcionários, é um forno, porque o fechamento lateral dele é feito com lona plástica. Ele está em cima de um morro, e embaixo há um monte de carcaças de automóvel e capim. Isso em São Paulo. É um negócio inacreditável. Tenho certeza que ninguém nunca falou para o prefeito. Aquilo não existe, é uma vergonha para qualquer gestão. Então, se você não vê, não percebe a urgência e muitas vezes não fica sabendo do problema.



SERGIO RONDINO: Muito obrigado, Andrea. Nós tivemos hoje aqui mais de 300 pessoas, um recorde em matéria de Encontro Democrático. Boa noite a todos e até a próxima.

Presidente
Guilherme Afif

1º Vice-presidente
Vilmar Rocha

2º Vice-presidente
Diretor de Relações Internacionais
Alfredo Cotait Neto

Secretária
Alda Marco Antonio

Diretor Superintendente
João Francisco Aprá

Conselho Superior de Orientação

Presidente - Gilberto Kassab

Guilherme Afif

Henrique Meirelles

Omar Aziz

Raimundo Colombo

Otto Alencar

Claudio Lembo

Ricardo Patah

Vilmar Rocha

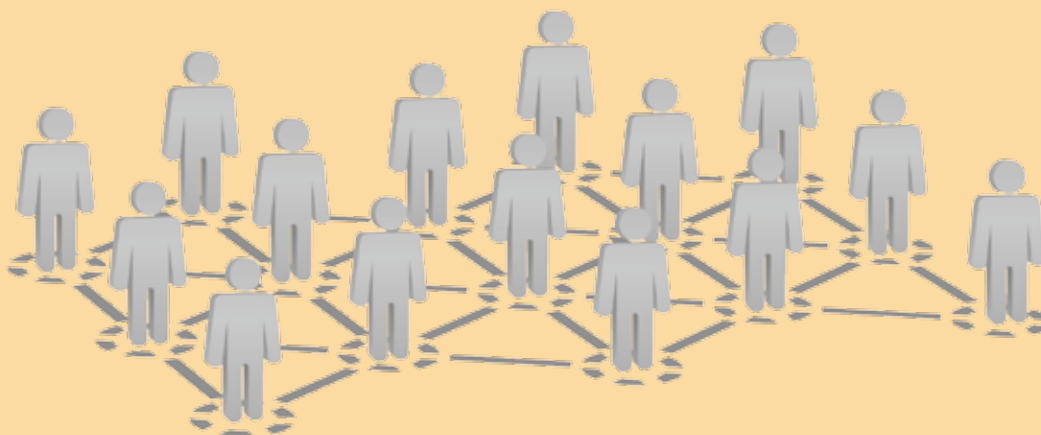
Guilherme Campos

Robinson Faria



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS



www.espacodemocratico.org.br